



Ações e percepções de desenvolvimento sustentável na emergência de territórios

Actions and perceptions of sustainable development in the emergency of territories

Marluce Ribeiro de Mendonça / IDSM/OS/MCT - Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Programa de Gestão Comunitária do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS/MCT). E-mail: marluce@mamiraua.org.br

Maria José da Silva Aquino / UFPA - Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Orientadora da dissertação mencionada na nota 1. E-mail: mjaq@uol.com.br

Isabel Soares de Sousa / IDSM/OS/MCT - Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará. Diretora de Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS/MCT). E-mail: isabel@mamiraua.org.br

Resumo

Neste artigo analisam-se aspectos relativos às perspectivas e à participação de atores em processos suscitados pelos desafios do uso social e da conservação dos recursos naturais em áreas protegidas na Amazônia Brasileira. No âmbito de um processo de territorialização, observa-se, particularmente, a implantação de um projeto de alternativa econômica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Unidade de Conservação localizada no Estado do Amazonas. Como são percebidas e como e em que condições participam grupos sociais – populações tradicionais, pesquisadores e intervenzionistas – informados na ideia de desenvolvimento sustentável, em um contexto de ambientalização, compõem aqui a questão, o desafio, remetendo tanto para a crença quanto para as reticências à promessa do Desenvolvimento.

Palavras-chave

Participação; Unidade de Conservação; Desenvolvimento Sustentável; Territorialização; Amazônia.

Abstract

In this article we analyze aspects related to perspectives and participation of actors in processes posed by challenges of social use and conservation of natural resources in protected areas in the Brazilian Amazon. Under a process of territorialization, there is particularly the implementation of an economic alternative project in Amanã Sustainable Development Reserve, Conservation Unit located at Amazonas state. How they are perceived and how and under what conditions social groups participate – traditional people, researchers and interventionists – informed on the idea of sustainable development, in a context of environmental awareness, make the issue here, the challenge, referring both to the belief as to question the promise of development.

Keywords

Participation, Conservation Unit, Sustainable Development; Territorialization; Amazon

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisam-se aspectos relativos às perspectivas e à participação de atores em processos suscitados pelos desafios do uso social e da conservação dos recursos naturais em áreas protegidas na Amazônia Brasileira. Particularmente volta-se o olhar para a dinâmica de implantação de um projeto de alternativa econômica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS Amanã), Unidade de Conservação localizada no estado do Amazonas. Como são percebidas e como e em que condições interagem grupos sociais, populações tradicionais, pesquisadores e intervencionistas, informados na idéia de desenvolvimento sustentável, em um contexto de *ambientalização*, compõem aqui uma problemática projetada no centro de um processo de territorialização.

Observou-se nos últimos vinte anos de forma geral mudanças nas ações locais e a emergência de novos territórios, considerando-se, de acordo com Teisserenc (2009), a convergência de três processos : globalização, mudanças institucionais no que se refere a criação de agências públicas e transferências de competências entre os vários níveis governamentais do Estado e, por último, a ampliação da legitimidade das exigências do desenvolvimento sustentável. Neste contexto de entrecruzamento dos três processos verificou-se no Brasil, mas principalmente na Amazônia, nos anos de 1990, a multiplicação de áreas protegidas de acordo com modelos existentes, ou neles inspirados, modelos com certa inovação e considerados por uns como genuinamente brasileiros, tais como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Estas áreas integram o conjunto das Unidades de Conservação definidas pelo SNUC¹ como de Uso Sustentável. Ou seja, espaços onde se pretende adequar os interesses de uso das populações tradicionais, com vistas à sua reprodução, com os interesses da conservação da natureza, ou da biodiversidade, como representa a expertise científica, sobretudo a do campo das ciências naturais. Trata-se portanto de lidar com um desafio, sobretudo no caso das RDS, que confronta lógicas, associadas a percepções e estratégias diferenciadas de atores que pretendem contribuir no estabelecimento e na transformação continuada de territórios. Transformações verificadas enquanto respostas aos desafios de superar tensões e impasses, de construir acordos, consensos mínimos que, no caso que examinaremos a seguir, pode ser, da perspectiva da territorialização, um caso emblemático.

¹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

1 USAR RECURSOS, CONSERVAR ECOSISTEMAS: NO ENCONTRO DE DISPOSIÇÕES

As duas primeiras unidades de conservação definidas como RDS foram criadas no Brasil por atos do governo do Estado do Amazonas. A primeira, Mamirauá, como Estação Ecológica, destinada estritamente à pesquisa e preservação, foi criada em 1990. Mais tarde, em 1996, a Estação Ecológica Mamirauá, de extensão muito mais abrangente do que a inicialmente proposta, para superar o impasse colocado à preservação restrita dada a existência de comunidades na área, foi recategorizada como RDS. A segunda, Amanã, foi criada oito anos após Mamirauá.

Amanã² e Mamirauá são Reservas oficializadas no âmbito da competência político-administrativa da unidade federativa onde estão situadas. Tanto uma quanto a outra têm origem em propostas concebidas por um grupo de experts integrantes de uma instituição não-governamental, baseadas na identificação da necessidade de conservação de ecossistemas de florestas alagadas em termos de “corredores biológicos”, extensões territoriais contínuas formadas por diversos tipos de unidades de conservação, para evitar o isolamento entre áreas e, conseqüentemente, a transformação das unidades em “ilhas biológicas”.

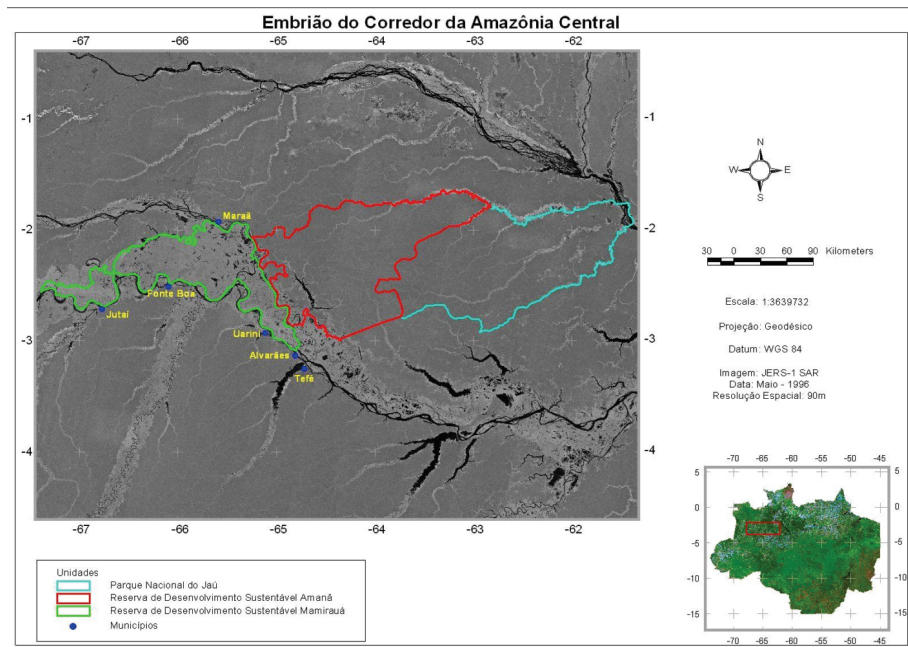
A criação de “corredores biológicos”, implica em busca de integração de diferentes ações conservacionistas, que vão da intocabilidade em determinadas áreas até o uso dos recursos mediante aplicação de dispositivos de gestão como os planos de manejo. Perspectiva assumida pelo biólogo José Márcio Ayres (2005), idealizador do proposta conservacionista referida e a equipe sob sua coordenação. E nesse sentido, a criação da RDS Amanã, após Mamirauá, foi considerada por Helder Queiroz (2005a) – um dos pesquisadores responsáveis pela implementação das duas Reservas, e atual diretor do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – um passo importante para a consolidação do chamado embrião do Corredor da Amazônia Central. E para esta consolidação, visando dar continuidade aos trabalhos de implementação das RDS Mamirauá e Amanã, iniciados com o Projeto Mamirauá, uma das estratégias garantidoras do aporte financeiro para a pesquisa e gestão foi encontrada na criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), organização social criada em 1999, com a qual o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) estabeleceu um contrato de gestão das duas unidades de conservação. Contrato este representativo da execução de políticas públicas cujas possibilidades e oportunidades remetem a contexto para o qual concorrem tanto justificativas das exigências do desenvolvimento

² Reserva estadual oficializada pelo decreto nº 19.021 de 04 de agosto de 1998.

sustentável e da conservação da biodiversidade quanto às da participação de iniciativas privadas com fins públicos na chamada governação.

Localizada entre as bacias do rio Negro e do baixo rio Japurá, a RDS Amanã conectou a RDS Mamirauá ao Parque Nacional do Jaú, formando um importante bloco de floresta tropical protegida (figura 1) com cerca de 5.766.000 hectares (AMAZONAS, 1998).

Figura 1 - Mapa do corredor ecológico formado pelas RDS Mamirauá (em verde) e Amanã (em vermelho) e o Parque Nacional do Jau (em azul), destacando sua localização na Amazônia.



Fonte: Banco de Imagens do IDSM.

Enquanto RDS, o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) dispõe que nesta categoria de área protegida objetivos ambientais e sociais sejam conciliados. Isso quer dizer que aos grupos residentes tradicionais destes espaços reconhece-se o direito de continuar vivendo na área após a mudança de seu estatuto para unidade de conservação. Com isso impôs-se o desafio de compatibilizar o uso dos recursos e a conservação dos ecossistemas, com base em procedimentos cientificamente informados e, ao mesmo tempo, buscando promover o diálogo e a participação no processo dos residentes tradicionais das áreas, com seus saberes, interesses e perspectivas.

A fundamentação das ações no conhecimento científico, no entanto, tem sido considerada condição para evitar medidas arbitrárias no sentido de permitir a prevalência dos interesses do uso dos recursos sobre os da conservação dos ecossistemas, percebido como mais universal, pois comprometido com a vida e portanto ocupando uma posição superior em relação a todas as outras escalas de interesse. De acordo com gestores e pessoal técnico envolvido nessa experiência, referida comumente como “projeto”, das duas RDS, “[...] diversamente das categorias ambientais que são orientadas, mais prioritariamente, para satisfação das necessidades dos grupos locais, como é o caso das reservas extrativistas (REIS, 2005, p. 49), os comportamentos e práticas permitidos nas novas unidades de desenvolvimento sustentável, não devem ser arbitrários. O uso dos recursos naturais deve ser orientado por um plano de gestão, fundamentado em pesquisas científicas [...]” (REIS, 2005; QUEIROZ, 2005b). Isso leva a restrições, a certos prejuízos econômicos causados pela interdição de determinadas atividades que passam a ser identificadas como ameaças ao equilíbrio dos ecossistemas. Sobretudo pela defasagem entre o momento da decretação de uma área como unidade de conservação de uso sustentável e a operação da gestão do território por meio do plano de uso, de manejo, mais recentemente designado plano de gestão.

A RDS Amanã, ao contrário de Mamirauá, ainda não possui um plano de gestão da unidade, entretanto, o conhecimento científico orientado hegemonicamente pela biologia da conservação, produzido pelos pesquisadores na área tem servido de baliza para orientar o uso dos seus recursos. Além disso, as experiências com a execução do plano de manejo consideradas bem sucedidas na RDS Mamirauá têm sido adaptadas e replicadas em Amanã, entre elas certas interdições e normatização de usos, na pesca, caça, extração de madeira, criação de animais, e assim por diante. Por conseguinte, em resposta a demandas locais busca-se desenvolver estratégias consideradas mitigadoras de perdas econômicas advindas com a execução da gestão conservacionista mediante o dispositivo do plano (caso da RDS Mamirauá), ou pelas normas de uso adotadas, mesmo se ainda não se tem um plano de gestão (caso da RDS Amanã). Essas estratégias desenvolvem-se a partir das pesquisas produzidas cujo objetivo é, entre os da proteção integral, conhecer a potencialidade dos recursos. Com base nesse conhecimento, se do interesse de um grupo local, uma atividades produtiva que indique possível rentabilidade com riscos reduzidos à conservação é viabilizada com a coordenação técnico-científica da instituição gestora das duas reservas.

Nesses últimos anos vêm sendo executados projetos de pesquisa e programas de manejo com este fim. Segundo o último relatório do IDSM³ disponível no site da instituição, em 2009 o Instituto contava com cinco programas de manejo de recursos naturais atuando nas duas reservas: Manejo de Pesca, Manejo Florestal, Agricultura Familiar, Artesanato e Turismo de Base Comunitária, atendendo, em conjunto, um total de 61 comunidades nas Reservas Mamirauá e Amanã. Embora estas atividades sejam implementadas com a anuência ou, na maioria das vezes, a partir da solicitação dos atores locais, ações desta natureza podem contrariar interesses, gerar tensões, características de processos nos quais não são apenas as escolhas técnicas que contam. Contam também os interesses dos atores, suas crenças em relação às escolhas dos instrumentos e dos dispositivos em uma ação pública que coloca, de partida, questões de ordem política (LASCOUMES, P. et LE GALÈS, 2005)

Cabe então investir na compreensão da percepção, dos sentimentos e das reações de lideranças locais e pescadores em um dos setores⁴ da RDS Amanã, onde atuou de 2005 a 2009 um projeto de pesquisa e extensão – implementação do manejo de espécies de peixes ornamentais como atividade econômica. Percepções, sentimentos, e reações estas manifestas por atores locais diretamente envolvidos e/ou afetados pelas ações desenvolvidas na área, em termos de arranjos, aprendizados e potencialização, talvez, da participação política.

Assim como também é oportuno observar aspectos referidos na interação com os pesquisadores e intervencionistas que, nos anos de 2005 a 2007 realizaram atividades centradas em pesquisa para subsidiar a elaboração de um dispositivo de gestão: o plano de manejo. Entre 2007 e 2008 a pesquisa continuou mas ao mesmo tempo foram iniciados os trabalhos de extensão e capacitação de um grupo de pescadores para o manejo. Nos anos de 2008 e 2009 começaram as primeiras experiências de pesca manejada, ainda como experimentais. A partir de 2010 a atividade deixou de ser acompanhada pela diretoria de pesquisa do IDSM e passou a integrar o Programa de Manejo de Pesca sob a responsabilidade da Diretoria de Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social.

³ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM/OS. Exercício de 2009. Parte I. Tefé/AM, 2010. Disponível em www.mamiraua.org.br.

⁴ O termo setor refere-se ao conjunto de assentamentos – comunidades – de localização próxima, estabelecidas na área da Reserva. O povoamento desses territórios antes da existência da Unidade de Conservação, sem contar o povoamento indígena, sofreu ação organizadora da Igreja Católica no formato de comunidades e cujos conjuntos destas, a Igreja definia como setores. Uma organização visada tanto pelo projeto evangelizador quanto pelo fortalecimento político para fazer face às ameaças de desaparecimento das fontes de reprodução dessas populações locais. Ameaças sobretudo representadas pela pesca comercial.

Para a compreensão desses processos, seguindo uma perspectiva qualitativa, conjugou-se a pesquisa documental, a revisão bibliográfica e a coleta de dados em campo no período de agosto a outubro de 2009, para apreender, através de entrevistas semiestruturadas, como localmente repercutiu a organização dessa atividade. Pessoas de dois grupos foram entrevistadas: membros do Grupo de Manejadores de Peixes Ornamentais do Amanã (GMPOA), representando aqueles mais envolvidos ou diretamente beneficiados pela atividade com os peixes ornamentais; outro grupo de pessoas entrevistadas foi formado por lideranças comunitárias atuantes na área da Reserva na qual se desenvolve o projeto. Uma área chamada de “setor Amanã”. Este segundo grupo, formado por pessoas mais distanciadas das atividades do “projeto” e que, por serem reconhecidos como lideranças, são depositários das queixas, das insatisfações, das inquietações dos moradores de sua comunidade, frente à novidade em andamento, tanto quanto ao IDSM, instituição executora da gestão da Reserva na qual se inscreve a coordenação de tal iniciativa. Uma gestão informada na ideia de participação, de acordo com modelo implantado em Mamirauá, a primeira Reserva.

2 PARTICIPAÇÃO EM GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

De acordo com o modelo de gestão implantado na RDS Mamirauá, a sua finalidade – conservação da natureza – está associada à promoção do desenvolvimento social. Contribuir para tal constitui-se a contrapartida apresentada pelos conservacionistas aos habitantes das áreas sobre as quais recai a responsabilidade do IDSM enquanto órgão gestor. De acordo com Deborah Lima (1996) – antropóloga, implicada diretamente no projeto de criação da Unidade de Conservação, juntamente com José Márcio Ayres e outros pesquisadores, desde sua concepção – em razão de a área estar localizada em um ambiente de várzea, no qual os recursos pesqueiros, madeireiros e agrícolas possuem grande importância econômica para a região, o fechamento total da área afetaria não apenas à população local, mas também a economia regional, o que geraria oposição política e inviabilizaria uma implementação baseada principalmente em interdições e fiscalização em fiscalização. Foi percebido logo no princípio a necessidade de envolvimento das comunidades no projeto. Comunidades que já traziam na sua constituição as marcas do trabalho organizativo político e de conservação dos recursos, no qual missionários católicos vinham contribuindo decisivamente desde os anos de 1960. Assim a concepção de um sistema de participação comunitária foi facilitada pela existência não só de um movimento

de preservação de lagos, movimento apoiado pela Prelazia de Tefé na década de 1980, que consistia na regulação do acesso e uso de lagos comunitários. Viviam-se àquela altura uma intensificação da pesca nos lagos de várzea e de terra firme por pescadores comerciais e com a regulação do acesso intencionava-se resolver os conflitos entre os usuários locais e os não-locais e evitar a redução dos estoques pesqueiros e a conseqüente falta de alimento para as comunidades (OLIVEIRA; CUNHA, 2001; NEVES, 2003). Mas, bem antes desse movimento, o trabalho de organização política nas comunidades pelo Movimento de Educação de Base (MEB) resultou em importante integração da ideia e das práticas de participação.

Embora o modelo proposto referindo a participação tenha encontrado aceitação da Reserva Mimirauá, Lima (1996) aponta que a participação da população local na gestão dos recursos e na elaboração do plano de manejo – hoje chamado de plano de gestão – não se deu no curto prazo. Isso levou tempo e foi sendo ajustada às normas de organização já existentes.

As comunidades das Reservas Mimirauá e Amanã, assim como grande parte das comunidades do médio rio Solimões, foram formadas a partir do estímulo da Prelazia de Tefé, através das ações do MEB, que objetivavam não apenas a evangelização, mas também o despertar político da população ribeirinha. Entre as atividades estimuladas pelos agentes educacionais do movimento, destacam-se a construção de escolas e de casas comunitárias, objetivando o fortalecimento e o engajamento político das comunidades. Além disso, estimulavam a limpeza dos espaços comunitários e a criação de campos de futebol para o lazer dos moradores nos finais de semana. Tais práticas são observadas ainda hoje na maioria das comunidades, na realização de *ajuris*⁵ para limpeza dos espaços comuns, ou na existência de campos de futebol em quase todas as comunidades, pois representa uma importante área de lazer para os moradores, independente de sexo ou idade.

Seguindo o modelo político estabelecido pelo MEB desde a década de 1960, essas comunidades passaram a se organizar através da formação de associações comunitárias, que ainda hoje representam oficialmente as famílias que vivem nesse território. De acordo com Neves (2005), essa forma de organização inaugura para os ribeirinhos a convivência com a representação delegada em vários níveis. Em primeiro plano o líder da associação ou da comunidade responde pelos moradores junto às lideranças de outras comunidades com as quais se relacionam pela delimitação de um “setor”. E num plano de maior amplitude de relações sociais, era reconhecido pelos demais líderes de comunidade, assim

⁵ “Equipes de chefes de família [...], agregadas especialmente para a formação de roçado e construção ou reparação de bens comunitários” (NEVES; GARCIA, 2009, nota 28, p. 38; NEVES, 2009, p. 71).

como pelos representantes de instituições governamentais e não-governamentais. Neste sentido, além da organização em comunidades, estas também agrupadas politicamente em setores, tomavam decisões quanto ao uso dos recursos. Essa forma de organização social e política foi mantida, contribuindo decisivamente para o modelo de participação nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Tomar conhecimento dessas estruturas organizativas e políticas apoiadas pelo MEB, expressivamente identificada com o movimento de preservação de lagos, na década de 1980, permitiu compreender o modelo de participação e representação operado pelas comunidades. E esse conhecimento, segundo a socióloga Marise Reis (2005), que trabalhou na construção da Reserva de 1991 a 2001, resultou do esforço de pesquisa do Instituto Mamirauá interessado pelos aspectos sociais e políticos das comunidades, buscando compor bases de orientação para abordagens mais simétricas possível, a serem adotadas pela instituição recém-chegada, com suas equipes de pesquisadores e extensionistas em ações junto à população local. Uma população que se preocupava com o fim do “pescado”, base dos seus meios de reprodução encontrando pessoas novas no lugar a falar de proteção do ecossistema de várzea, do desenvolvimento sustentável, de criação de uma Reserva, de participação.

Entre os anos de 1992 e 1994, de acordo com pesquisadores e extensionistas de Mamirauá, avanços em relação à organização comunitária em Mamirauá enquanto Unidade de Conservação foram evidenciados. Um modelo político de participação havia sido escolhido: a assembleia. Modelo reconhecido pelos comunitários. Anualmente grande parte das comunidades da Reserva se reúne em assembleia geral com representantes de instituições que atuam ou possuem interesse na área, para discutir temas relacionados à gestão de recursos naturais e ao sistema representativo. Além desses encontros anuais, reuniões menores são realizadas nos setores para discutir os problemas mais específicos de cada setor. Lima (1996) salientou que apesar desses momentos envolverem a participação decisiva das lideranças, nem sempre as decisões tomadas foram mantidas pelas comunidades, visto serem constantes as mudanças na organização dessas comunidades nas quais conflitos, interesses divergentes fazem parte dos seus mundos. E nessas dinâmicas atuam as lideranças e equipes interventoras como mediadoras desses conflitos, o que exige a compreensão da organização social dessas comunidades.

Ainda segundo Reis, sujeito desse processo como intervencionista, a compreensão do modelo político de participação eleito pelas comunidades, objeto de reflexão em sua dissertação de mestrado, publicada em 2005, exige levar em conta as reações da população local face à implantação da Reserva Mamirauá,

visto contrariar interesses de atores com quem as pessoas das comunidades contavam, e contam ainda, em situações de emergência, os chamados patrões e comerciantes. São pessoas de segmentos hierarquicamente superiores que pela dependência mantém muitas pessoas do interior a serviço de seus interesses. Mesmo assim a organização das comunidades, que “[...] são as menores unidades políticas da área e se reúnem internamente uma vez por semana [...] para discutir suas propostas e problemas”; é também presente. E das unidades menores decisões são levadas aos fóruns mais abrangentes, os dos setores, constituídos de grupos de comunidades que se reúnem a cada dois meses para discutir assuntos tratados nas reuniões comunitárias ou mesmo no setor. Daí chega-se às assembleias gerais anuais onde se reúnem os representantes comunitários e setoriais.

No entanto a realização de reuniões setoriais bimestrais foi verificada até meados de 2003, quando ainda havia forte investimento do Instituto Mamirauá na mobilização das lideranças, e demais moradores das Reservas, pela causa do projeto conservacionista, na medida em que este demonstrava capacidade de integração dos habitantes locais em suas ações. Quando essa mobilização fica a cargo das próprias lideranças, alguns setores, principalmente aqueles que não estão envolvidos em sistemas de manejo de recursos naturais, não conseguem manter a regularidade das reuniões.

Ainda que o funcionamento dessa instância de decisão dependa dos vínculos dos setores às atividades produtivas manejadas, isto é, organizadas de acordo com métodos técnico-científicos do IDSM, no caso da Reserva Mamirauá, já está oficializado um Conselho Gestor, com poder deliberativo, em atendimento a exigências legais, conforme disposto no parágrafo 4º do Artigo 20 do SNUC:

a Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2000: Art. 20, § 4º).

A oficialização desse conselho culminou, a partir da criação da Reserva, um processo de organização que durou uma década. Um processo marcado, a partir de 2004, por debates, divulgação da competência, cursos de capacitação, com as comunidades e instituições representadas no Conselho. Assim, em reuniões comunitárias; encontros de setor; assembleias gerais; oficinas de relações de gênero; e cursos de capacitação, vários foram os momentos nos quais foi vivenciada a formação dessa instância até que em dezembro de 2009 o Conselho

Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (CDRDSM) foi constituído e em 05 de fevereiro de 2010, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas formalizou a sua criação publicando sua portaria número 015/2010, no Diário Oficial (Cf. AMAZONAS, 2010).

Na RDS Amanã o Conselho ainda não foi constituído. Exige-se para tal ações de esclarecimento e preparação para formação do mesmo, iniciadas em fins de 2006 em reuniões com lideranças dos vários setores da Reserva, ampliadas para reuniões comunitárias e setoriais, inclusive, foi um dos temas de debate da assembléia geral da Reserva Amanã realizada em 2009. Nesse evento foi decidido pela realização de capacitações para a preparação de conselheiros – mesmo processo realizado em Mamirauá – a cargo do Instituto Mamirauá e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC)⁶. A proposta do representante do CEUC, presente na assembleia de 2009, foi que o Conselho fosse criado antes do Plano de Gestão da Reserva Amanã, cuja finalização estava prevista para o final de 2010, cabendo ao Conselho a aprovação do Plano de Gestão da Unidade. Entretanto, nem o Plano de Gestão de Amanã foi finalizado, nem o Conselho Gestor foi constituído ainda.

Note-se que replicar modelos não garante agilidade. Mesmo com o aprendizado de Mamirauá, isso não é um capital automaticamente transferido para a área contígua integrada no mesmo processo de territorialização. O processo é lento de acordo com as reflexões acumuladas pelos pesquisadores e extensionistas envolvidos nesta ação, pois dificuldades novas e já conhecidas se misturam produzindo outras complexidades. São as distâncias físicas entre comunidades e setores dentro das áreas, são as distâncias de interesses, são as várias esferas de competência político-administrativa e políticas a incidir nas áreas: desde governo federal, ao estadual e municipal, é o tempo necessário a apropriações de referências, de justificativas, de construções de instrumentos, de dispositivos de gestão, de atendimento a exigências que não são resultantes de processos desde o início internalizados. As dinâmicas internas acusam a troca frequente de representantes das instituições e das comunidades nas assembleias.

Esses desafios foram objeto de reflexão em Lima (1996), ao considerar os primeiros seis anos de construção do chamado modelo participativo – envolvimento das populações - da RDS Mamirauá; ao que parece ainda hoje, vinte anos depois da criação, os problemas vivenciados inicialmente continuam

⁶ Órgão responsável pela gestão das unidades de conservação no estado do Amazonas. Foi instituído em abril de 2008 pela lei N° 3.244 e está vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS).

a se apresentar. Segundo a autora, a experiência foi sendo construído e, ainda está em processo de construção. Ao longo do processo de interação com as populações locais, demandas e costumes vêm sendo “ajustados” à intenção de construir um sistema de uso sustentável de forma a combinar preservação da biodiversidade e melhorias na condição de vida da população local.

O tempo, considerado longo, para a instalação e a operacionalização da gestão conservacionista-participativa, resultaria, de acordo com a perspectiva dos proponentes, de uma atitude aberta à incorporação no projeto das demandas dos grupos locais por meio de ajustes, formação, capacitação de lideranças a agirem nos termos e de acordo com o compromisso com uma governança de recursos, representada como biodiversidade e dependente do equilíbrio do ecossistema de várzea. Ainda que se considere que esse equilíbrio não seja posto em risco pelas práticas e conhecimentos das chamadas populações tradicionais, acreditando-se mesmo que a associação destas aos procedimentos fundados no conhecimento científico possam trazer potencialização mútua. Contudo há de fato desafios colocados pela distância de mundos. Distância dos que chegam, conscientemente ou não, e os grupos sociais que ali vivem, como possibilidade de experiência, de invenção, buscando construir espaços e condições para que as populações participem e se envolvam com o proposta da conservação.

3 PEIXES ORNAMENTAIS: SENTIDO DA, SENTINDO A RESERVA

O reconhecimento do papel decisivo ocupado pelos grupos locais, não apenas como aspectos de vida a conservar, mas também, e sobretudo, como sujeitos da ação conservacionista, demanda contribuir para a visibilidade dos seus modos de existência, das suas percepções, das suas expectativas. Dada a objetividade da dimensão social pré-existente no território em reordenamento, em construção, em tal movimento vem sendo buscado a integração de demandas e anseios locais (LIMA, 1996, 1999) produzidos pelos efeitos das novas regras de uso dos recursos de acordo com os preceitos conservacionistas. Para fazer face a esses efeitos, em contrapartida abre-se, no âmbito da gestão da área protegida, espaço para propor, para viabilizar atividades com potencial de retorno econômico a grupos locais. É nesse sentido que vem a ser ensaiado o projeto dos peixes ornamentais em Amanã, iniciativa componente de um dos programas de ação do IDSM. Mais de perto, com a intenção também de contribuir com uma reflexão sobre ação institucional com vistas à inclusão e à participação, observar-se-á, esta experiência de organização do que é concebido, dentro de um projeto de desenvolvimento, como alternativa econômica.

De acordo com as manifestações de pessoas pertencentes tanto ao grupo dos mais envolvidos no projeto dos peixes ornamentais quanto os menos envolvidos, o sentimento de incerteza, de dúvidas quanto ao modo como iriam viver após a criação da Reserva, foi comum. Assim como foi comum o questionamento quanto aos objetivos do IDSM na proposta de transformação do território em que eles viviam em Unidade de Conservação. De acordo com alguns relatos, especulava-se sobre o futuro dos residentes a partir do momento em que o mundo deles passasse a ser dirigido pelos propósitos da Unidade de Conservação sob a gestão do IDSM, representados como a vontade dos “estrangeiros”, que levariam tudo embora. A seguir a manifestação de uma liderança para quem o projeto conservacionista é incluyente.

“[...] diziam que depois que se criasse reserva ninguém ia poder mais fazer nada [...] quem ia mandar aqui era o pessoal de fora, não eram mais as comunidades. Mas, eu sempre entendi que se a reserva ia ser criada era porque a gente vivia aqui”
(Presidente da comunidade Boa Vista do Calafate; Presidente do setor Amanã).

Como observado pelos próprios residentes que comunidades e setores na Reserva Mamirauá demonstravam satisfação com mudanças em suas condições de vida, sobretudo aqueles que estavam envolvidos nos projetos de ecoturismo e de manejo de recursos, como o peixe e a madeira. Essa satisfação passava a ser almejada também por comunidades e setores em Amanã.

Mas, passados treze anos desde a criação da RDS Amanã pelo governo do Amazonas, os moradores parecem não ter dúvidas das mudanças ocorridas. O aspecto de mudança mais mencionado nas entrevistas refere-se às invasões. De acordo com os depoimentos, antes de a área ter sido decretada Reserva, ocorriam invasões freqüentes de peixeiros vindos das cidades. A pressão sobre os recursos pesqueiros exercida pelos “invasores” estava ocasionando a diminuição deste recurso, tornando a pesca mais difícil para os moradores locais. Com a implementação da Reserva, de acordo com os residentes, os pescadores das cidades deixaram de entrar na área, o que contribuiu para que os estoques pesqueiros fossem recuperados.

A diminuição da pesca não se restringiu apenas aos pescadores “de fora”. De acordo com alguns depoimentos, os próprios moradores foram reduzindo a quantidade pescada e/ou deixando de pescar aquelas espécies mais ameaçadas, pelo que podemos observar em um dos relatos: *“[...] os pescadores daqui mesmo que pescavam peixe-boi foram parando de pescar”* (Presidente da comunidade Vila Nova).

Outro aspecto de mudança apontado pelos moradores refere-se ao acesso a informações. Estas foram ampliadas com o início das atividades de

extensão após a criação da Reserva. Nas reuniões realizadas pelos pesquisadores e extensionistas do IDSMM, as famílias passaram a receber informações sobre pesquisas científicas, organização comunitária; passaram a discutir e estabelecer normas de uso dos recursos, participar de capacitações para atividades de manejo, entre muitas outras informações que passaram a ter acesso, para que se pudesse atender aos princípios que regem a categoria RDS, que têm formalmente como fundamento a permanência e participação da população local (Cf. QUEIROZ; PERALTA, 2006).

Na maioria das falas, sobretudo entre aqueles que se destacam como lideranças em suas comunidades, foi possível perceber esse aspecto como fator de mudança na vida pessoal dos entrevistados, o que parece estar contribuindo para o fortalecimento da organização comunitária local, conforme observamos nos trechos a seguir:

“Mudou [...] primeiro em relação à articulação e conhecimento de organização e amadurecimento na vida de comunidade como liderança. Certo que 50% foi esforço meu, mas 50% teve o apoio das pessoas que vieram de fora” (Presidente da comunidade Boa Vista do Calafate, vice-presidente do setor Amanã).

“Antes eu participava das reuniões da Igreja como catequista, depois comecei a participar das reuniões de setor, que antes eram só pela Igreja, depois passaram a ser de organização comunitária. E participando dessas reuniões depois fui escolhido presidente da comunidade, e tudo isso foi trazendo mais conhecimento que fizeram com que minha vida fosse como é hoje” (Presidente da comunidade Santo Estevão, líder do GMPOA).

“Na vida mudou mais em termos de organização comunitária porque a gente teve mais orientação” (Presidente da comunidade Belo Monte).

A partir desses depoimentos observou-se que, embora a solicitação para a criação da RDS Amanã não tenha partido de um consenso entre as lideranças das comunidades locais, mas do pedido de um morador, influenciado pelo que ouviu durante a assembleia geral de moradores da Reserva Mamirauá em 1997, e também, ter sido a proposta elaborada por pesquisadores de organizações não-governamentais, da administração indireta do estado do Amazonas e do governo federal, como Sociedade Civil Mamirauá (SCM), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), os resultados dos trabalhos desenvolvidos até o momento pelo IDSMM e seus parceiros, parecem ter contribuído para conquistar o apoio da população. Nota-se que dúvidas permanecem entre os moradores, quanto às pesquisas realizadas e ao que é feito com os materiais coletados na área, mas atualmente a insegurança parece ser menor porque os resultados dos trabalhos desenvolvidos já podem ser sentidos e, muitos, são destacados como positivos, o que de certo modo

tranquiliza os moradores. Em especial menciona-se a diminuição da pressão sobre a pesca que era exercida pelos pescadores das cidades.

Quanto à percepção local em relação à atuação do projeto de manejo de peixes ornamentais, um aspecto determinante para a formação dessa opinião refere-se ao relacionamento dos pesquisadores do projeto com a população local. Os resultados demonstraram um índice importante de aprovação, 94% dos membros do GMPOA e 57% das lideranças afirmaram que tiveram boa relação com os pesquisadores. Nota-se que o percentual de aprovação entre os membros do grupo de manejadores é significativamente maior que entre as lideranças, embora estas, em sua maioria, também tenham aprovado as ações dos pesquisadores. Percebe-se, a partir da análise desses depoimentos, que aqueles que tiveram maior contato com os pesquisadores, entre os quais, os membros do GMPOA e algumas lideranças, são os que manifestaram maior apoio ao projeto. Talvez em razão de terem tido maiores oportunidades, nesses momentos de contato, de fazerem perguntas e esclarecerem dúvidas, ao mesmo tempo em que elevaram seu prestígio com a aproximação ao campo legitimado do saber e da prática científicas.

O que se observou, de modo geral, nos depoimentos dos dois grupos entrevistados, foi a manifestação de apoio ao projeto de peixes ornamentais enquanto nova atividade de manejo proposta pela instituição cogestora da RDS Amanã. Questionados se apoiariam o projeto caso este ainda não tivesse iniciado suas atividades no setor, todos os membros do GMPOA afirmaram que ofereceriam apoio. Entre as lideranças essa adesão representou 71% dos entrevistados. Os trechos de alguns depoimentos ilustram esse apoio:

“Através do projeto a gente conheceu as pessoas e trouxe conhecimento. Através das oficinas a gente conheceu os pesquisadores, então não tenho nada contra o projeto não” (Presidente da comunidade Monte Sinai, vice-líder do GMPOA).

“A minha opinião é que ele tá trazendo um recurso pra gente, porque é uma renda. Acho que se não fosse isso a gente nunca ia saber que tinha esses peixes ornamentais, então acho que é uma coisa boa” (Presidente da localidade do Ubim, membro do GMPOA).

“O projeto não atrapalhou nada, até porque os peixes que trabalham são peixes que a gente não usava. No caso de pesquisadores, foi dos projetos que mais respeitaram porque vinha sempre com a gente, falava com os membros, mas também com os presidentes de comunidade. Porque outros vão direto com a pessoa que eles vão trabalhar e, muitas vezes, essas pessoas não sabem repassar para a comunidade, aí fica individual e não em grupo” (Presidente da comunidade Belo Monte).

“A opinião é que o projeto deve continuar e nos ajudar, porque a gente sabe caminhar com as nossas pernas, mas acho que o projeto deve fortalecer cada vez mais o grupo, assim como o grupo tá tentando se fortalecer buscando envolver outras comunidades” (Presidente da comunidade Santo Estevão, líder do GMPOA).

Apesar do apoio manifestado pelos participantes do grupo de manejadores e pelas lideranças locais – o que demonstra estarem satisfeitos com o que vem sendo desenvolvido – vale lembrar que esta atividade ainda está em seus primeiros anos, muitos desafios ainda precisam ser superados tanto pelos pesquisadores e pela equipe do IDSM responsável por assessorar esta atividade, quanto pelos manejadores no desenvolvimento desta nova atividade econômica.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender o processo de implementação de uma proposta de atividade econômica dentro da RDS Amanã, focando, especialmente, os sentimentos e reações dos grupos sociais diretamente envolvidos e/ou afetados pelas ações de intervenção e os arranjos locais que estão sendo produzidos nessa dinâmica, em termos de aprendizado e participação da população local numa iniciativa identificada com o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, foram retomados os caminhos que levaram à transformação da área de Amanã em unidade de conservação, o que alterou a relação dos seus habitantes com os recursos naturais. Relação esta, agora, sujeita a normas estabelecidas que exigem longos processos de negociações e discussões entre os gestores da área e a população local. Tais discussões são características importantes do modelo de conservação proposto para as RDS, inspirado em uma concepção alternativa de desenvolvimento, na qual a efetiva participação da população nos processos de decisão e a satisfação das necessidades básicas vêm sendo mencionadas como elementos essenciais, necessários à conservação.

De acordo com Queiroz e Peralta (2006), “[...] o ‘Modelo RDS’ está fundamentado na permanência e participação das populações locais e na formação e manutenção de uma forte base científica” (QUEIROZ; PERALTA, 2006, p. 454). Estes seriam os dois pilares fundamentais que, conjuntamente, criariam as condições necessárias para consolidar as normas de manejo aceitas pela população. Os autores, ambos pesquisadores integrantes do corpo científico do IDSM, apontam estes e outros elementos como componentes do modelo de RDS, são eles: gestão participativa; pesquisa científica; sistema de zoneamento; normas de uso dos recursos; e alternativas econômicas. Ações integradas desses diversos aspectos gerariam no médio prazo, conforme estes autores, resultados significativos relacionados tanto à conservação da biodiversidade quanto à melhoria das condições de vida da população local.

As reações manifestadas, apreendidas pela pesquisa base deste trabalho, em sua maioria, de apoio à implantação da Reserva Amanã e à atuação do projeto de

manejo de peixes ornamentais relacionam-se, em grande medida, aos resultados do conjunto de ações descrito por Queiroz e Peralta (2006). As lideranças locais e os envolvidos na atividade de manejo analisada percebem positivamente essas intervenções, apesar das restrições impostas, ressaltando como significativos, o acesso a informações e os aprendizados obtidos no processo de implementação da Reserva e das diversas atividades de manejo, entre as quais o de espécies de peixes ornamentais.

O uso dos novos aprendizados se configura como uma das estratégias utilizadas, sobretudo, pelas lideranças em outros espaços de participação política. O que se observou a partir de alguns depoimentos foi a adoção do discurso ambiental como estratégia buscando fortalecer os argumentos nos processos políticos de exigências por melhorias das condições de vida locais. Parece estar ocorrendo nessa área, o processo de ambientalização apontado por Leite Lopes (2006), em que se verifica a interiorização de questões relativas ao meio ambiente como forma de conferir legitimidade a argumentos e reivindicações por melhores condições de vida, por direitos sociais, sobretudo nos aspectos relacionados às suas necessidades básicas, como saúde e educação. Embora o trabalho de Leite Lopes (2006) esteja relacionado ao processo de ambientalização em áreas urbanas, referente à poluição urbano-industrial, o que Barretto Filho (2005) chama de “agenda marrom”, suas conclusões também podem ser apropriadas para pensar as agendas “verde” (florestas e biodiversidade) e “azul” (águas) (BARRETTO FILHO, 2005), onde o envolvimento das populações afetadas e a gestão participativa dos recursos constituem elementos freqüentemente acionados nos discursos e Ações ambientalistas.

A melhoria da qualidade de vida, indicador de desenvolvimento humano, ou desenvolvimento como liberdade (Cf. SEN, 2000), das populações das Reservas Mamirauá e Amanã mostra-se como uma condição importante para a manutenção do apoio político dispensado pela população local às ações desenvolvidas pelo IDSM. Tal apoio pode ser ameaçado se esses aspectos deixarem de ser considerados nos processos de intervenção que têm sido implementados nessas áreas, o que geraria uma ameaça igual ou maior para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade. O respeito às necessidades de reprodução social e econômica das populações locais fortalece o desejo de conservar os ambientes naturais dos quais são dependentes. Pois, conforme observaram Viola (1987) e Fuks (1998), o reconhecimento do desafio ambiental é ampliado em ampliado entre grupos sociais que têm satisfeitas as suas necessidades básicas.

Para a efetiva participação das populações nos processos decisórios quanto ao uso dos recursos naturais é necessário, segundo Leff (2006), o fortalecimento político das comunidades “[...] dotando-as, ao mesmo tempo, de uma maior

capacidade técnica, científica, administrativa e financeira, para a autogestão de seus recursos produtivos” (LEFF, 2006, p. 497). Apesar do esforço despendido pelo IDSM desde a criação da RDS Amanã em termos de fortalecimento e organização comunitária, e observando-se o projeto de manejo de peixes ornamentais, nos processos de organização e capacitação dos manejadores, as falas de algumas lideranças do grupo de pescadores refletem que estes ainda são os grandes desafios das experiências de desenvolvimento sustentável, introduzidas numa sociedade em que tais práticas ainda não são hegemônicas.

As dificuldades observadas, quanto à instabilidade de uma nova atividade, ainda em seus primeiros anos ou, sobretudo, as dificuldades relacionadas à fase de comercialização da produção – um dos maiores desafios das várias atividades de manejo desenvolvidas nas Reservas Mamirauá e Amanã, e na maioria das comunidades de pescadores de outras regiões da Amazônia (Cf. SOUSA, 1997 e 2000) – denotam que a superação destes problemas passa, essencialmente, por uma valorização e fortalecimentos da capacidade organizativa das comunidades e grupos de manejadores, permitindo que estes possam melhorar suas condições de vida e aproveitar os recursos de forma sustentável, provendo a satisfação de suas necessidades básicas – anseio maior atual – conservando seu patrimônio de recursos para as gerações que ainda estão por vir. Para alcançar objetivamente a conservação impõe-se intersubjetivamente compartilhar o sentido da ação. Significa também dizer que a integração dos residentes de áreas protegidas como as RDS exige também reconhecer que os seus conhecimentos, práticas econômicas e organizativas cultural, social e política podem pautar-se em racionalidades adequadas a contra-hegemonia em um sistema-mundo que devora seus filhos, o da modernidade. O que acolhe ainda a crença no Deus do Desenvolvimento e suas promessas (BRETÓN, 2010). Crença esta traduzida em aspectos como a identidade de um instrumento de política pública (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), sua construção e gestão mediante o conhecimento científico (sinônimo de verdade), tecnologias e dispositivos a ele associados, nas justificativas de suas ações, em um ideário para o qual contribui-se, dá-se vida, paradoxalmente resistindo, recusando, dinâmicas outras informadas nessa mesma crença.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto n° 19.021, de 04 de agosto de 1998. Cria a Unidade de Conservação denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA e dá outras providências. Manaus, 1998.

_____. Portaria n. 015/2010, de 05 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Diário Oficial**, Manaus, 05 fev. 2010.

AYRES, J. M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BARRETTO FILHO, H. Resenha de: LOPES, J. S. L. (Coord); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Orgs). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. **Comunidade Virtual de Antropologia**. N. 29, 2005. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br> Acesso em: 13 de maio 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 19 de julho de 2000.

BRETÓN, V. **Introducción: Saturno devora a sus hijos? De hegemonia(s), desarrollo(s) y posdesarrollo (s)** (p. 7-31). In: BRETÓN, V. (Ed.) Saturno devora a sus hijos. Miradas críticas sobre el desarrollo y sus promesas. Barcelona: Icaria Editorial, 2010.

FUKS, M. Arenas de Ação e Debates Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Revista DADOS**, vol. 41, n.1, pp. 87-113, 1998.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM. **Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM/OS**. Exercício de 2009. Parte I. Tefé/AM, 2010. Disponível em www.mamiraua.org.br. Acesso em: 13 de maio 2010.

LASCOUMES, P. et LE GALÈS, P. **“Introduction : L’action publique saisie par ses instruments”**, in: Pierre Lascoumes et Patrick Le Galès. *Gouverner par les instruments* Presses de Sciences Po “Académique”, 2005 p. 11-44.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LIMA, D. M. O envolvimento de populações humanas em unidades de conservação: a experiência de Mamirauá. In: RAMOS, Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo (Org.). **Documentos do ISA, N. 1: Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)**. Brasília, São Paulo, 1996.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico, Belém, **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 2, n. 2 dez. 1999, p. 5-32.

LOPES JUNIOR, A. L., SANTOS, S; M., SABLAYROLLES, M. G. P. O amálgama floresta e agricultura na reserva extrativista Arióca Pruanã. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, vol. 16, n. 1, jun de 2013, p. 181-2001, ISSN 1516-6481.

NEVES, D. P. (Org.). **A Irmã Adonai e a Luta Social dos Ribeirinhos**: Contribuições para a memória social (construção de fonte documental por história oral). Niterói, RJ: Ibama; ProVárzea; MNA, 2003.

_____. Os agricultores de várzea do médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, D. M. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

_____. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos cadernos do NAEA**, V 12, N. 1, p. 67-92, jun, 2009.

NEVES, D. P.; GARCIA, A. M. Agricultores de várzea do médio Solimões: limites e alternativas de reprodução social. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, V. 5, N. 9, jul/dez, 2009.

OLIVEIRA, A. C.; CUNHA, L. H. **Manejo de Lagos na Região do Médio Solimões: A experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) – Tefé – Amazonas – Brasil**. Informe final de estudo de caso “Amazon Community-Based Resource Management Research Initiative”. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2001.

QUEIROZ, H. L. A criação da Reserva Amanã: um importante estágio para a consolidação do embrião do Corredor da Amazônia Central. In: AYRES, J. M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005a.

_____. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**. 19 (54), 2005b.

QUEIROZ, H. L.; PERALTA, N. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. Petrópolis: Vozes, 2006.

REIS, M. **Arengas e Picicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, I. S. **Pescadores e marreteiros em Viseu: um estudo sobre as formas de aviamento na pesca artesanal**. 64 f. Monografia (Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – UFPA/CFCH/DEAN, Belém, 1997.

_____. **Aviamento e Reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú-Salvador-Viseu**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPA/CFCH/DEAN, Belém, 2000.

TEISSERENC, P., ROCHA, G. e MAGALHÃES, S. (2009), **Território de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: Ed. UFPA. pp. 23-64.

VIOLA, E. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. pp. 63-109.

Texto submetido à Revista em 26.13.2014
Aceito para publicação em 05.09.2014